

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEVIT

Aos 17 dias do mês de abril de 2018 reuniu-se, no Auditório do Instituto Jones Santos Neves, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit), tendo como pauta os seguintes pontos: i. apresentação e discussão do Plano de Ação do PDUI/RMGV, elaborado na forma do § 2º do artigo 6º da LC nº 872, de 7 de dezembro de 2017; ii. Deliberação sobre o Plano de Ação do PDUI/RMGV; e iii. Assuntos Gerais. A reunião contou com a participação dos seguintes Conselheiros titulares e suplentes: Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda, Presidente do Conselho, e Andréa Figueiredo Nascimento, pelo IJSN; José Eduardo Faria de Azevedo e Ana Márcia Erler, pela Sedes; Regis Mattos Teixeira e Kettini Upp Calvi, pela SEP; Luciene M. Becacici Esteves Vianna, pela Setop; Marcelo de Oliveira e Leticia Tabachi Silva, pela Sedurb; Alexandro Batista, pela Seama; Maria Ivonete Bezerra de Sá Thiebaut, pela SEG; Fabio Freire, pelo Município de Fundão; Milena Ferrari, por Guarapari; Alexandre Fiorotti, pela Serra; Gabriela Siqueira de Souza, por Viana; Antônio Marcus Carvalho Machado, por Vila Velha; Vander Borges dos Santos, por Vitória; Marcos dos Santos e Dauri Correa da Silva, pela Famopes. Como convidados, Antônio de Oliveira Junior, pela Agehr; Alex Mariano e José Carlos Moreira, pela Ceturb, Jamil Guilherme Nascimento, Elza de Abreu Cota, Nestor Gorza Jr e Monica M. Magalhães, pela Cesan; Joseane Zoghbi, por Vitória; Orlando Caliman e Angela Maria Morandi, pesquisadores especialistas do PDUI; Latussa Bianca Laranja Monteiro, João Luiz Paste, Alexandre Passos, Eduardo Vieira Rabello e Ana Luiza M. Receputi, pelo IJSN. A Diretora Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves e Presidente do Comdevit, Gabriela Lacerda iniciou a reunião ressaltando a importância do convite enviado e a presença de representantes de alguns órgãos e empresas públicas, pois o Plano de Ação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado deve ser compartilhado com o maior número possível de atores envolvidos, ao mesmo tempo em que agradeceu a presença de todos. Em seguida citou que a Medida Provisória nº 818, de 11 de janeiro de 2018, propõe alterações no Estatuto da Metrópole, sendo uma delas a ampliação do prazo final para a elaboração e aprovação dos planos de desenvolvimento urbano integrados das regiões metropolitanas. Relatou que o PDUI/RMGV foi o primeiro a ser aprovado, estando pronto para ser implementado. Registrou que é preciso cautela, pela possibilidade ocorrerem novas alterações no Estatuto da Metrópole, principalmente em questões relacionadas à governança metropolitana. Na sequência, apresentou a nova Coordenadora de Gestão Metropolitana, Latussa Laranja, ao mesmo tempo em que dirigiu um agradecimento a Leticia Tabachi Silva pelo trabalho realizado, e João Luiz Paste, que passou a responder pela Secretaria Executiva do Comdevit, a quem passou a palavra. João Paste destacou a importância de dar continuidade ao trabalho realizado por Sandra Campeão e da presença de todos os representantes dos Municípios, do Governo do Estado e da Famopes, para a qualidade das decisões do Comdevit. A Presidente do Conselho destacou que o PDUI foi aprovado no final de 2017, e que muitos dos membros presentes nesta reunião acompanharam a elaboração das propostas do Plano, cabendo ao Colegiado Metropolitano propor alterações e deliberar sobre o mesmo. Pedindo a palavra, o Sr. Marcos dos Santos, Coordenador da Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo (Famopes) solicitou um minuto de silêncio em homenagem à médica Jaqueline Colodetti, falecida recentemente. Após a homenagem, a reunião prosseguiu com a apresentação, feita por Latussa Laranja, da

trajetória de elaboração do PDUI, da aprovação da Lei Complementar Estadual nº 872/2017 e do processo de discussão e sistematização das ações e das metas e indicadores contidos no Plano de Ação, iniciados em dezembro de 2017, até a presente reunião. Latussa aborda os principais pontos de cada um dos 12 programas inseridos nos quatro eixos que compõem o Plano de Ação preliminar do PDUI/RMGV. Gabriela Lacerda sugeriu que a reunião fosse dividida em dois momentos, com a discussão geral sobre o Plano, no primeiro, e a identificação de cinco ações prioritárias, no segundo momento, para composição do plano de trabalho para a execução no biênio 2018/2019. Marcos dos Santos destaca sua preocupação com as transições governamentais, que ocorrem de dois em dois anos, gerando descontinuidades de políticas públicas. Salientou problemas gerados pelas fortes chuvas todos os anos na RMGV, reafirmando a importância de continuidade dos projetos de macrodrenagem nos municípios. Por fim, indicou o Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV, como uma ação prioritária, parabenizando a todos pela elaboração da proposta do Plano de Ação. O Sr. Jamil enfatizou que os programas foram muito bem delineados e que em um segundo momento comentará sobre a necessidade de discussão de indicadores de perda de água no sistema de abastecimento de água da RMGV. A Presidente Gabriela sugeriu a realização de uma reunião técnica específica para a discussão desse assunto. José Eduardo Azevedo manifestou orgulho pela construção de um projeto de qualidade, bem estruturado e consistente com políticas em andamento, afirmando ser necessário dar divulgação desse feito para outros Estados. Em seguida destacou a importância de mapear e fazer um inventário sobre o estágio do andamento de todas as ações e atividades contidas no Plano. Abordou a questão apontada, de transição entre as gestões governamentais, sugerindo a formação de grupos técnicos, composto por representantes das Prefeituras e do Governo do Estado, para garantia da continuidade dos trabalhos. Citou a Pesquisa de Origem e Destino inserida na Ação que trata do Plano de Mobilidade Urbana da RMGV como uma atividade urgente, sendo possível seu início em 2018. Dauri Correia da Silva manifestou-se em seguida, concordando com a realização de inventário e mapeamento das ações em andamento. Também destacou os casos de alagamentos na RMGV, manifestando-se por priorizar o Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV. Citou a construção da BR 447 e a falta de debate sobre os impactos que a obra pode vir a causar na Bacia do Rio Formate e regiões próximas. Antônio Marcus manifestou-se sobre a necessidade da contribuição da Ceturb com a realização da Pesquisa de Origem e Destino, cujos resultados poderão ser utilizados tanto pelos municípios e pela Companhia. Fábio Freire destacou a dificuldade de circulação das pessoas e as perdas impostas ao Município de Fundão pela ausência de integração daquele Município ao Sistema Transcol. Regis Mattos Teixeira apontou a questão da governança e da execução de fato do que vem sendo planejado como desafios da gestão da RMGV. Ressaltou que a capacidade de realização no tempo limitado e as restrições de recursos financeiros exigem pontuar ações prioritárias. Sugeriu o Plano de Mobilidade Urbana da RMGV e, dentro dessa ação, a realização da Pesquisa de Origem e Destino, e o Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV como pontos possíveis de serem executados durante o biênio 2018/2019. Marcelo de Oliveira informou sobre a parceria do Estado com o Banco Mundial para a implementação do Programa de Gestão das Águas e da Paisagem, a qual contribuirá para a execução do Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV. Ana Márcia sugeriu incluir o Plano Metropolitano de Turismo entre as prioridades. Luciene

Becacici Esteves Vianna enfatizou a importância de realização da Pesquisa de Origem e Destino e avaliou que os projetos de alinhamento viário nas vias de interesse metropolitano também devem ser priorizados. Vander Borges dos Santos parabenizou a equipe pela qualidade do Plano apresentado e sugeriu o mapeamento das ações que serão priorizadas e a constituição de grupos de trabalho que poderiam absorver expertise dos municípios, indicando o Plano Diretor de Água e Esgoto da RMGV e o Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV como prioritários. Regis Mattos Teixeira considerou que o atual Plano de Saneamento, elaborado em 2007, orienta as ações em andamento, como o Programa Águas Limpas, o Programa Águas e Paisagens, as PPPs e indica as ações adequadas para a universalização do saneamento. Assim, avalia ser mais urgente a elaboração do Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV. Vander Borges dos Santos observou sobre a necessidade de cuidar para que determinados agentes promotores não fiquem sobrecarregados. Antônio Marcus indicou como prioridades os estudos sobre a multimodalidade metropolitana, o Diagnóstico da infraestrutura econômica da RMGV e o Plano Diretor de Resíduos Sólidos. Alex Mariano sugeriu a elaboração de todo o Plano de Mobilidade Urbana da RMGV, e não apenas a pesquisa de Origem e Destino, e avaliou que a questão de resíduos sólidos encontra-se bem resolvida. Alexandre Passos falou sobre o Plano Estadual de Turismo, do Plano Metropolitano de Turismo e de planos de turismo já elaborados por alguns municípios. Sugeriu a elaboração do Plano Metropolitano de Turismo, englobando as questões da economia criativa, da cultura e de turismo. Gabriela Lacerda apresentou o balanço das discussões, indicando as seguintes Ações priorizadas e respectivos Programas: **Rede de Parques Metropolitanos**, no Programa Redução de Desigualdades no Acesso à MetrÓpole; **Pesquisa de Origem e Destino e Plano de Mobilidade Urbana da RMGV**, no Programa Modernização, Ampliação e Qualificação do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano e dos Sistemas Não-Motorizados; **Projetos de Alinhamento Viário nas vias de interesse metropolitano**, no Programa Qualificação e Ampliação do Sistema Viário Metropolitano Multimodal e Conexos; **Plano Metropolitano de Turismo**, no Programa Diversificação Econômica, Ciência, Tecnologia e Informação e Turismo; e **Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV**, no Programa Metropolitano de Saneamento Ambiental. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo por mim, João Luiz Paste, redigida a presente ata, a ser homologada após apreciação dos Conselheiros do Comdevit.